



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

CONCURSO PÚBLICO

**7. PROVA OBJETIVA**

PROFESSOR II – INGLÊS

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO **50** QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, LOCALIZADA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3** HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS**

QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E
02	A B C D E
03	A B C D E
04	A B C D E
05	A B C D E

06	A B C D E
07	A B C D E
08	A B C D E
09	A B C D E
10	A B C D E

11	A B C D E
12	A B C D E
13	A B C D E
14	A B C D E
15	A B C D E

16	A B C D E
17	A B C D E
18	A B C D E
19	A B C D E
20	A B C D E

21	A B C D E
22	A B C D E
23	A B C D E
24	A B C D E
25	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A B C D E
27	A B C D E
28	A B C D E
29	A B C D E
30	A B C D E

31	A B C D E
32	A B C D E
33	A B C D E
34	A B C D E
35	A B C D E

36	A B C D E
37	A B C D E
38	A B C D E
39	A B C D E
40	A B C D E

41	A B C D E
42	A B C D E
43	A B C D E
44	A B C D E
45	A B C D E

46	A B C D E
47	A B C D E
48	A B C D E
49	A B C D E
50	A B C D E

## CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

**01.** Para Maturana, a tarefa da educação escolar é permitir e facilitar o crescimento da criança, mas, para que isso se realize no âmbito escolar, o professor deve

- (A) considerar a criança na totalidade, como uma personagem para a vida adulta.
- (B) ter o olhar focado apenas no resultado do processo educacional.
- (C) aceitar a criança como um ser legítimo em sua totalidade em cada instante.
- (D) estar atento no adulto de amanhã, ao selecionar o que a criança aprenderá.
- (E) estar centrado na formação técnica da criança como tarefa do processo educacional.

**02.** Para Morin, o pensamento complexo não é um pensamento que tudo sabe, onisciente, mas um pensamento que sabe que sempre é local e datado num determinado momento. Segundo o autor, esta visão nos leva a compreender o mundo físico como

- (A) uma rede de relações, de conexões.
- (B) uma entidade fragmentada e complexa.
- (C) uma coleção de coisas separadas e incertas.
- (D) uma coleção de coisas relativamente separadas e autônomas.
- (E) um movimento contínuo, indefinível e imensurável.

**03.** Para o paradigma emergente, o conhecimento não se origina na percepção e na sensação, mas na ação de dentro para fora (endógena) do sujeito sobre o objeto. Tal compreensão nos leva a perceber que, no processo ensino-aprendizagem, a ênfase está

- (A) na instrução e na ampliação do conhecimento.
- (B) nas condições de ensino.
- (C) nas relações humanas.
- (D) na organização do ensino por especialidades.
- (E) na aprendizagem.

**04.** Segundo Piaget, o Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao prescrever que “a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”, não se limita a afirmar o direito à educação, mas também, em que consiste o objeto essencial dessa educação. Para o autor, esse direito refere-se a

- I. formar indivíduos capazes de autonomia intelectual e moral e respeitadores dessa autonomia nos outros;
- II. participar de atividades espontâneas e livres, em um meio social alicerçado na colaboração e na conversão integral das representações coletivas;
- III. frequentar escolas que visam à construção de um raciocínio pronto e de uma consciência moral desperta;
- IV. moldar os indivíduos de acordo com um modelo condizente com as gerações anteriores e capazes de conservar valores coletivos.

São verdadeiras apenas as afirmações contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**05.** Zabala afirma que o objetivo do ensino é preparar o indivíduo para ser capaz de dar respostas aos problemas que lhe colocará sua vida pessoal, social e profissional. Para tal, afirma o autor, deve-se fortalecer na escola como conteúdos do ensino

- (A) as disciplinas, com sua complexidade e conhecimento científico.
- (B) as relações interpessoais e intrapessoais.
- (C) os problemas econômicos do mundo globalizado.
- (D) a realidade complexa, seu conhecimento e a atuação nela.
- (E) os conteúdos procedimentais e sociais.

**06.** Segundo Zabala, o papel da escola consiste na reconstrução, na reelaboração e na ampliação das estruturas do conhecimento cotidiano, por meio de um conhecimento escolar, o currículo, formado por todos os conteúdos de aprendizagem. Nesse sentido, pode-se afirmar que a aprendizagem

- (A) consiste no acúmulo de saberes pelo indivíduo.
- (B) depende das capacidades de quem aprende e de suas experiências prévias.
- (C) é constituída por um conjunto de conteúdos conceituais.
- (D) depende das tecnologias utilizadas no processo.
- (E) consiste na substituição do conhecimento ordinário pelo científico.

- 07.** Identificar cada aluno em seu próprio tempo e estilo de aprendizagem e oferecer-lhe orientação e apoio adequados exige mudança na forma de acompanhamento por parte do professor. Nesse sentido, segundo Hoffmann, a avaliação que se constitui no cotidiano da sala de aula, intuitivamente, sem deixar de ser planejada, sistematizada, é chamada de
- (A) diagnóstica.
  - (B) formal.
  - (C) mediadora.
  - (D) somativa.
  - (E) recapitulativa.
- 08.** Para Zabala, a intervenção pedagógica deve adaptar-se ao processo de construção da aprendizagem do aluno, com situações de ensino e aprendizagem concebidas para superar desafios que possam ser enfrentados pelos alunos e que possam fazê-los avançar sempre. Assim,
- (A) as condições de aprendizagem definem, igualmente, as condições de avaliação.
  - (B) as condições de avaliação definem as condições de aprendizagem.
  - (C) as condições do meio físico definem as condições de avaliação.
  - (D) a proposta da Coordenação Pedagógica é que define as condições de avaliação.
  - (E) a homogeneidade dos agrupamentos de alunos define as condições de avaliação.
- 09.** No contexto de mudanças nas concepções sobre o ensino e a aprendizagem, aparece uma série de visões sobre a avaliação, como o portfólio, que se caracteriza não tanto pelo seu formato físico, mas pela concepção de ensino e aprendizagem que vincula. Nesse sentido, o portfólio tem como função
- (A) organizar os materiais didáticos utilizados pelo professor no desenvolvimento do conteúdo de sua disciplina.
  - (B) arquivar os materiais e trabalhos produzidos pelos alunos durante um período letivo.
  - (C) mostrar aos pais e outras pessoas as produções de seus filhos.
  - (D) permitir ao professor aproximar-se do trabalho dos alunos de maneira pontual e específica.
  - (E) facilitar a reconstrução e a reelaboração, por parte de cada estudante, de seu próprio processo de aprendizagem.
- 10.** O ato de planejar implica escolhas, é uma atividade-meio que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, portanto, orientada por um fim. Acerca do ato de planejar, segundo Luckesi, é correto afirmar que
- (A) é uma técnica neutra de se prever recursos.
  - (B) está fundamentado em opções filosófico-políticas.
  - (C) consiste em definir e relacionar os conteúdos a serem trabalhados.
  - (D) corresponde a estruturar os meios e os recursos a serem tomados no momento de decidir.
  - (E) implica improvisação, principalmente quando os objetivos são difíceis de alcançar.
- 11.** Perrenoud afirma que, em uma equipe democrática, alguns exercem uma forte influência sobre as suas decisões e, nesse caso, têm pouco mérito em aderir a elas, ao passo que outros têm a impressão de se submeter à “lei do grupo” ou de seu líder. A esse respeito, afirma o autor, o que manterá a equipe será
- (A) a amizade entre os participantes.
  - (B) o coleguismo e a empatia entre os membros do grupo.
  - (C) a competição entre seus membros.
  - (D) a existência de competências de regulação.
  - (E) a inexistência de conflitos interpessoais.
- 12.** A avaliação, para assumir o caráter transformador e não de mera constatação e classificação, deve estar comprometida com a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, no entanto as práticas concretas de avaliação desenvolvidas na escola não mudam muito. Segundo Celso Vasconcellos, um dos maiores obstáculos para a mudança da avaliação é
- (A) a escola, que não permite práticas inovadoras.
  - (B) o vestibular, que exige um ensino conteudista.
  - (C) a desvinculação entre avaliação e aprendizagem.
  - (D) o sistema de ensino, que sobrecarrega o professor.
  - (E) a tradição avaliativa já existente: representações, valores e concepções.
- 13.** Celso Vasconcellos afirma que há uma forte relação entre ensino e avaliação, que não dá para ensinar sem avaliar. Afirma também que, para construir o conhecimento, o professor deve avaliar o tempo todo e a primeira coisa a fazer é
- (A) avaliar o conhecimento anterior dos alunos.
  - (B) deixar claro aos alunos o que lhes será ensinado.
  - (C) estabelecer uma forte relação professor-aluno.
  - (D) favorecer as relações interpessoais.
  - (E) marcar com antecedência quando ocorrerão as avaliações.

14. Na concepção construtivista preconizada por César Coll, assume-se que na escola os alunos aprendem e se desenvolvem na medida em que podem construir significados adequados em torno de conteúdos que significam o currículo escolar. Essa concepção oferece ao professor
- possibilidades para desenvolver atividades didáticas que promovam a acumulação de novos conhecimentos por parte do aluno;
  - elementos para o estabelecimento de rotinas de trabalho conjunto das equipes de professores e de assessoramento;
  - critérios para comparar materiais didáticos, para elaborar instrumentos de avaliação, para elaborar unidades didáticas etc;
  - critérios para compreender o que acontece na sala de aula, por que um aluno não aprende ou por que uma unidade não funcionou.
- Está correto o que se afirma em
- I e II, apenas.
  - I e III, apenas.
  - III e IV, apenas.
  - II, III e IV, apenas.
  - I, II, III e IV.
15. Em sua última publicação, *Pedagogia da autonomia*, Paulo Freire apresenta propostas de práticas pedagógicas necessárias à educação como forma de construir a autonomia dos educandos, valorizando e respeitando sua cultura e seu acervo de conhecimentos empíricos e sua individualidade. Ele afirma que
- a transformação da ingenuidade à criticidade se dá automaticamente.
  - o ensino não depende exclusivamente do professor, assim como a aprendizagem não é algo apenas do aluno.
  - o rigor na prática pedagógica não deve levar em consideração a ingenuidade.
  - a liberdade está acima de qualquer limite.
  - ensinar é transferir conhecimento, é criar as possibilidades para a sua produção e construção.
16. Vygotsky atribui grande importância à interação social no processo de construção das funções psicológicas humanas. Assim, a partir da afirmação da existência de dois níveis de desenvolvimento é que o autor define
- o desenvolvimento real de uma criança.
  - o potencial de aprendizagem do indivíduo.
  - o desenvolvimento possível de uma criança.
  - a zona de desenvolvimento proximal.
  - como a criança pode aprender.
17. A compreensão é, a um só tempo, meio e fim da comunicação humana e deve ser, segundo Morin, uma das finalidades da educação do futuro. Para ele, há duas formas de compreensão, a intelectual ou objetiva e a humana intersubjetiva, que se situam nos polos
- planetário – o da compreensão entre humanos;
  - individual – o das relações particulares entre próximos;
  - múltiplo – que estabelece relações ora individuais, ora coletivas;
  - progressivo – que evolui do individual para o coletivo.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- I e II.
  - I e III.
  - I e IV.
  - II e III.
  - III e IV.
18. Os Parâmetros Curriculares Nacionais são referenciais elaborados pelo Governo Federal com o propósito de auxiliar o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor. Dentre os PCN encontram-se os *Temas Transversais*, constituídos pela Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual. Assim, os Temas Transversais
- constituem disciplinas regulares a serem incorporadas ao currículo.
  - exigem professores especificamente habilitados para ministrá-los.
  - necessitam de uma carga horária definida no currículo para o seu desenvolvimento.
  - constituem um conjunto articulado e aberto de temas a ser priorizado e contextualizado de acordo com as diferentes realidades.
  - estão sujeitos a um desenvolvimento formal, como disciplinas que são, exigindo a avaliação da aprendizagem.
19. A proposta da transversalidade presente nos PCN traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico. A perspectiva transversal
- parte de uma prática docente bem planejada com a finalidade de se dar conta de todo o programa.
  - exige uma organização curricular flexível para que o professor possa desenvolver os conteúdos em qualquer direção.
  - aponta uma transformação da prática pedagógica, rompendo a limitação da atuação do professor às atividades formais.
  - fundamenta-se na concepção de que o conhecimento considera a realidade como um conjunto de dados estáveis.
  - refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

20. A autonomia refere-se, por um lado, a um nível de desenvolvimento psicológico implicando, dessa forma, uma dimensão individual e, por outro lado, uma dimensão social. Assim, valorizar positivamente a capacidade de questionar e propor mudanças, buscando construir situações didáticas que potencializem tal capacidade e possibilitem o aprendizado de modo a utilizá-lo de forma consequente, responsável e eficaz, refere-se a favorecer no aluno

- (A) o desenvolvimento da liberdade.
- (B) o desenvolvimento da independência.
- (C) a construção da justiça.
- (D) a capacidade de agir.
- (E) a construção da autonomia.

### LEGISLAÇÃO

21. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, dispõe o Art. 1.º da Lei n.º 9.394, de 20.12.1996, LDB, que estabelece as diretrizes da Educação Nacional e disciplina a educação escolar como aquela que se desenvolve, predominantemente, por meio

- (A) do ensino, em instituições próprias.
- (B) de ações coordenadas, em instituições de qualquer natureza.
- (C) da leitura e da escrita.
- (D) da prática do professor, em instituições formais.
- (E) de atividades cuja preocupação é a aprendizagem.

22. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, estabelece que a educação tem por finalidade o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo dever da família e do Estado. Afirma ainda que o ensino será ministrado com base em alguns princípios. Dentre eles, podem-se citar

- I. igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II. garantia de vagas nas escolas;
- III. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- IV. gestão democrática do ensino em todas as escolas.

São verdadeiras apenas as afirmações contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Dentre os grandes destaques da LDB atual, apontados pelos educadores, encontram-se a descentralização, a democratização e a participação. Neste sentido, tal lei estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. A seguir estão listadas algumas competências da União, dos Estados e Municípios enumeradas na LDB:

- |               |  |
|---------------|--|
| 1. União      | a. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;                                |
| 2. Estados    | b. oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental;      |
| 3. Municípios | c. assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem; |
|               | d. coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.  |

A associação correta entre as duas colunas é a expressa por

- (A) 1a; 2b; 3c.
- (B) 1a; 2b; 3d.
- (C) 1c; 2d; 3b.
- (D) 1d; 2b; 3c.
- (E) 1d; 2c; 3b.

24. A Lei Federal n.º 9.394, de 20.12.2006, estabelece que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Em relação ao ensino fundamental, é correto afirmar que

- (A) constitui a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.
- (B) deve ser organizado no regime de progressão regular por série, adotando a progressão e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem contínuas.
- (C) tem por objetivo a formação básica do cidadão, com duração mínima de 8 (oito) anos, sendo obrigatório e gratuito.
- (D) inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, tem duração de 9 (nove) anos, é gratuito na escola pública e tem por objetivo a formação básica do cidadão.
- (E) poderá ser ministrado em qualquer língua, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

25. A LDB estabelece que a educação especial, para os efeitos da lei, é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Estabelece ainda, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais
- I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
  - II. vagas nas escolas regulares de ensino fundamental, tanto na rede pública quanto na particular;
  - III. acesso privilegiado aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular;
  - IV. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) III e IV.
26. No Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069/90, a separação entre criança e adolescente se baseia apenas no aspecto ligado à idade, não se levando em consideração o psicológico e o social. Assim, para os efeitos dessa Lei, considera-se
- I. criança a pessoa até doze anos de idade incompletos;
  - II. criança a pessoa cursando até o 5.º Ano do ensino fundamental;
  - III. adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade;
  - IV. adolescente a pessoa cursando do 6.º ano do ensino fundamental à 3.ª série do ensino médio.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) III e IV.
27. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Dessa forma, o poder familiar será exercido
- (A) apenas pela mãe.
  - (B) apenas pelo pai.
  - (C) pelo pai e pela mãe, apenas quando residam sob o mesmo teto.
  - (D) por qualquer adulto, membro da família.
  - (E) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe.
28. As medidas de proteção à criança e ao adolescente, previstas na Lei Federal n.º 8.069/90, são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta. Nesse caso, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
- I. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
  - II. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
  - III. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
  - IV. acolhimento institucional.
- São verdadeiras as afirmações contidas em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I e III, apenas
  - (C) I, II, III e IV.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.
29. O Conselho Tutelar é um órgão público municipal, de caráter autônomo e permanente, cuja função é zelar pelos direitos da criança e do adolescente, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. É atribuição do Conselho Tutelar
- (A) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
  - (B) proceder a busca e apreensão de crianças, adolescentes ou pertences dos mesmos.
  - (C) emitir autorização para que a criança ou o adolescente possa viajar ou participar de desfiles.
  - (D) expedir autorização de guarda para que outra pessoa possa assumir a responsabilidade pela criança ou adolescente.
  - (E) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
30. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069/90, dispõe sobre os direitos que lhes são assegurados e institui o Conselho Tutelar, órgão encarregado de zelar pelo cumprimento desses direitos. Nesse sentido, quando a escola percebe casos de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes, o fato deve ser comunicado ao Conselho Tutelar pelo(a)
- (A) inspetor de aluno.
  - (B) orientadora educacional.
  - (C) coordenadora pedagógica.
  - (D) dirigente do estabelecimento.
  - (E) professor do aluno.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questions 31 through 40 are related to the following passage.

There are a number of considerations to be borne in mind when producing or using reading comprehension exercises. Until very recently materials have concentrated on the sentence and units smaller than the sentence. It was assumed that a text was a succession of separate sentences thematically related and that it was necessary merely to deal with the structure and meaning of the sentences.

But if reading is to be efficient, the structure of longer units such as the paragraph or the whole text must be understood. It is no good studying a text as though it were a series of independent units. This would only lead students to become dependent on understanding every single sentence in a text, even when this is not necessary to fulfill their reading purpose, with the result that they would tend to read all texts at the same speed and to be reluctant to infer the meaning of sentences or paragraphs from what comes before or after.

(*Developing Reading Skills*, Françoise Grellet. Adapted.)

31. *Until very recently materials have concentrated on the sentence and units smaller than the sentence.* This sentence implies that

- (A) ideas on how to teach reading skills have changed their focus.
- (B) reading skills should concentrate also in smaller units such as words.
- (C) words and phonemes (smaller units) are just as important as sentences.
- (D) a text is made up of different units such as phonemes and words.
- (E) experts have recently decided that reading materials require a lot of concentration.

32. *There are a number of considerations to be borne in mind...* is a sentence with a clause in the passive voice. The whole sentence can be best paraphrased using the active voice as

- (A) The considerations that there are must be borne in mind.
- (B) The mind is to bear on the considerations that there are.
- (C) The considerations that are to be borne in mind are those that there are.
- (D) A number of considerations exist in the mind of those who bear.
- (E) There are a number of considerations one should bear in mind.

33. The phrase *...if reading is to be efficient...* could be best replaced by

- (A) good reading is simply efficient reading.
- (B) for reading to be carried out in a competent manner.
- (C) good reading is to work in effective ways.
- (D) when satisfactory reading is effective.
- (E) if suitable reading is also an efficient way.

34. In the sentence fragment *...as though it were a series of independent units.* – the underlined expression introduces a/an \_\_\_\_\_ clause.

- (A) adjectival.
- (B) noun.
- (C) main.
- (D) adverbial.
- (E) coordinate.

35. The use of the modal *would* twice in the last sentence *This would only lead ... that they would tend to...* carries the idea of

- (A) intention.
- (B) desire.
- (C) possibility.
- (D) willingness.
- (E) choice.

36. This passage, dealing with an aspect of the reading process, allows the reader to conclude that

- (A) when teachers create reading exercises, they must pay attention not only to the sentences, but also to the smaller units.
- (B) unless readers know the correct pronunciation of the words, the text read will not make sense in their minds.
- (C) a reading text is little more than a series of sentences linked by a common theme and this should always be considered.
- (D) readers can speed up their reading process by not trying to understand every single word and sentence in the text.
- (E) students should be directed, by means of appropriate exercises, to infer the meaning of every sentence that appears in the text.

37. According to international and Brazilian reading experts, such as Maria José Coracini in *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura*, the kind of reading process described in the opening of the text above—that is, one which concentrates, for instance, on the sentence and smaller units—is often referred to as

- (A) bottom up.
- (B) interactive.
- (C) lexical.
- (D) top down.
- (E) productive.

38. The view of the reading process advocated by the passage above implies that

- (A) no units smaller than sentences can help a reader negotiate meaning appropriately.
- (B) texts should all be read at the same speed regardless of how long they are.
- (C) sentence meaning and structure will lead a reader to find what the text means.
- (D) unless every sentence is understood a reader cannot be sure of what a text means.
- (E) readers should rely on other textual information to guess the meaning of sentences.

39. The pronunciation of the final *-ed* (indicating past tense) in the verb form *concentrated* (2<sup>nd</sup> sentence) is the same as that in the verb form

- (A) planned.
- (B) kissed.
- (C) intended.
- (D) played.
- (E) ripped.

40. The National Curriculum Guidelines (PCNs) and Curriculum Proposals for the Education of Young People and Adults, both published by the Brazilian Ministry of Education, suggest that, realistically, teachers should concentrate on reading skills—the skill discussed in the text above—in their foreign language classes, a view which is also supported by several Brazilian experts in this field. The main reason for this view is that

- (A) by working on reading, students can improve their pronunciation by doing reading aloud practice.
- (B) considering conditions in most Brazilian schools, reading is the most attainable of the usual four language skills.
- (C) students will be able to speak English better with foreigners if they understand what they read in class.
- (D) grammar competence, the main aim in foreign language teaching, is fostered by developing good reading skills.
- (E) by reading well in a foreign language students will also develop better reading skills in their native language (Portuguese).

Questions 41 through 48 are based on the following passage.

### *The Keypad Solution*

By Ammon Shea

There is a long and noble history of trying to change the English language's notoriously illogical system of spelling. The fact that through, rough, dough, plough, hiccough and trough all end with *-ough*, yet none of them sound the same as any of the others, is the sort of thing that has been vexing poets and learners of English for quite some time. Proponents of "fixing" this wayward orthography have included some of the most prominent names in American history. Although this issue has been extensively studied and argued over by many eminent thinkers, there has been an almost complete lack of success in effecting any substantial progress.

So it is rather bizarre that the first widespread change in how people spell English words appears to have come from a group of (largely) young people sending text messages to one another with cellular phones and other electronic devices. You may not like seeing the phrase "LOL — U R gr8" on the page, but it is common enough that you are likely to understand it. Why have such inadvertent "reforms" succeeded where generations of dedicated intellectual attempts have not? And will they last?

Whether texting conventions are supported by organized spelling reformists or not, can they possibly solve the difficulty of spelling our troublesome language? David Crystal, the author of "Txtng: The Gr8 Db8," told me in an e-mail message that "there's nothing in texting to suggest spelling reform," noting that texting relies heavily on abbreviations, which he sees as creative stylings, not systematic improvements. He added that there is very little that is new about most of the abbreviations and lexical shortenings that make texting so maddening to so many.

Naomi Baron, a professor of linguistics at American University and author of "Always On: Language in an Online and Mobile World," shares Crystal's view. She predicts that the number of "textisms" will stop growing as people continue to develop more proficiency in using handheld devices and as the devices continue to grow more sophisticated than simple telephone touch pads. She adds that part of the appeal of texting shorthands is their novelty, and that that will fade.

*(The New York Times, 24 January 2010. Adapted.)*

41. With which of the following sentences would the author of the passage above agree most?

- (A) According to experts, texting on electronic devices by young people will eventually succeed in changing English spelling rules.
- (B) Most English speakers would agree that there is absolutely no reason for the changes promoted by young people in their texting.
- (C) Expert David Crystal sees the dependence on abbreviations used by people while texting as improvements in language style.
- (D) There are experts, such as Professor Baron, who see the novelties brought about by texting as a passing fad.
- (E) Young people have developed a somewhat bizarre way of spelling English words when texting in their electronic devices.

42. In order to show how inconsistent English spelling is, the author says that *through*, *rough*, and *dough* are all spelled similarly but sound different. Choose the series below in which all three words rhyme with the three words just mentioned above respectively.
- (A) thrust – row – down  
 (B) fool – owl – bowl  
 (C) author – run – true  
 (D) blue – room – ought  
 (E) shoe – cuff – toe
43. In the fragment *Why have such inadvertent “reforms” succeeded...* (2<sup>nd</sup> paragraph), the word *reforms* appears in between inverted commas (also called quotation marks) because
- (A) it was mentioned on an e-mail by an expert quoted by the author.  
 (B) the author wants to point out that they are not really reforms.  
 (C) it is a word which, originally, does not have an English root.  
 (D) it would typically be used by young people when texting.  
 (E) intellectuals have often used it before in their previous attempts.
44. What does the word *largely* indicate in the sentence fragment *...from a group of (largely) young people...* (2<sup>nd</sup> paragraph)
- (A) Not all users of text messages are, necessarily, among the young.  
 (B) The number of people who use text messages is enormous.  
 (C) The changes happening in English spelling are spreading all over.  
 (D) There is a huge variety of new abbreviations used in text messages.  
 (E) There are more young people who text than language experts.
45. The pronoun *they* as used in the sentence fragment *...can they possibly solve...* (3<sup>rd</sup> paragraph) refers to
- (A) spelling reformists.  
 (B) language experts.  
 (C) texting conventions.  
 (D) difficulties in spelling.  
 (E) systematic improvements.
46. The subordinate clause *...which he sees as creative stylings...* (3<sup>rd</sup> paragraph) is classified as a
- (A) noun clause functioning as an object.  
 (B) adverbial clause of manner.  
 (C) non-defining adjectival clause.  
 (D) noun clause functioning as subject.  
 (E) adverbial clause of result.
47. The adverb *heavily* as used in the sentence fragment *...texting relies heavily on abbreviations...* (3<sup>rd</sup> paragraph) could be correctly replaced by
- (A) as if burdened by.  
 (B) sorrowfully.  
 (C) slowly and laboriously.  
 (D) in a strange way.  
 (E) to a large extent.
48. According to the last paragraph,
- (A) Naomi Baron does not seem to have the same views as linguist David Crystal concerning the use of abbreviations.  
 (B) new forms of writing used in texting will eventually disappear as electronic gadgets become easier to use.  
 (C) telephone touch pads will become larger and, consequently, will not fade as much as they do at this point in time.  
 (D) the number of “textisms” will not grow but will certainly remain in use as they become more ingrained in people.  
 (E) young people have developed a huge number of new abbreviations and these are likely to remain in use even as devices improve.

As questões de números 49 e 50 propõem perguntas específicas a respeito do ensino de língua inglesa, a partir da bibliografia indicada.

49. Em *Oficina de Linguística Aplicada*, Moita Lopes (1996) assume uma posição clara a respeito do ensino de inglês como língua estrangeira na Educação brasileira, principalmente no Ensino básico, que enfoca, principalmente, o fato de que

- (A) é absolutamente fundamental que as questões culturais dos países de língua inglesa sejam plenamente absorvidas pelos aprendizes.
- (B) o professor deve levar os alunos a pensar em inglês a fim de que possam se comunicar adequadamente nessa língua.
- (C) os alunos devem ser levados a, dentro do possível, desenvolver as chamadas “quatro habilidades”, tendo em vista a perspectiva comunicativa.
- (D) apesar de o inglês ser a língua hegemônica do imperialista, o aluno deve aprender a utilizá-la com objetivo instrumental.
- (E) as referências aos países de língua inglesa não devem se concentrar apenas nos Estados Unidos, mas sim incluir os demais países que falam a língua.

50. Em *Ensino de segunda língua: redescobrimo as origens*, Celani (1997) levanta uma série de questões que predominam no ensino de línguas estrangeiras há, pelo menos, três décadas. Dentre elas, inclui-se o desacordo a respeito do/da

- (A) papel da gramática.
- (B) aprendizagem reflexiva.
- (C) inglês como língua internacional.
- (D) educação dos docentes.
- (E) interdisciplinaridade.